

ANÁLISE DE RISCOS

Processo nº AGSUS.000716/2025-73

MATRIZ DE RISCO - OBRA DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DE CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO (CAF) DO DSEI YANOMAMI**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO**

Processo SEI nº	AGSUS.000716/2025-73
Objeto	Contratação de empresa especializada para reforma e adequação de edificação existente para implantação da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI-Y)
Local	Av. Capitão Ene Garcez, nº 1874 (Edificação denominada "garagem"), Bairro Mecejana, Boa Vista/RR CEP: 69.305-135
Valor	R\$ 1.375.096,40
Regime de execução	Análogo à 'contratação semi-integrada' prevista na Lei nº 14.133/2021
Critério de julgamento	Menor preço
Modalidade de seleção	Concorrência
Unidade demandante	Coordenação de Serviços de Infraestrutura e Ambiência Organizacional (CCIAM) / Núcleo Especializado de Infraestrutura e Serviços (NEIS) / Diretoria de Operações (DIOP)
Elaborada por	Tathiana Caram Souza de Paula Figueiredo / Analista de Gestão - Engenharia Civil
Data / Versão	[29/05/2026] - Versão [01]

2. FUNDAMENTAÇÃO E PREMISSAS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

2.1. A presente Matriz de Riscos integra os autos da contratação de empresa especializada para elaboração do Projeto Executivo e execução da obra de reforma e adequação da edificação destinada à implantação da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami - DSEI-YY, em Boa Vista/RR, tendo por finalidade identificar, avaliar, tratar e monitorar os eventos de risco capazes de impactar o planejamento, a execução, a fiscalização, a conformidade técnica, o desempenho, o prazo, o custo e a funcionalidade do empreendimento, em observância à Política de Gestão de Riscos da AgSUS, aprovada pela Resolução DIREX nº 22/2024.

2.2. A presente Matriz observa os princípios, diretrizes e metodologias de gerenciamento de riscos estabelecidos na Resolução da Diretoria Executiva da AgSUS nº 22, de 12 de novembro de 2024, especialmente quanto à identificação contínua dos eventos de risco através de monitoramento, definição de controles, atribuição de responsabilidades, mapeamento dos riscos residuais e adoção de medidas preventivas e mitigadoras proporcionais ao nível de criticidade identificado.

2.3. Considera-se, para fins desta Matriz, que a presente contratação possui natureza técnica complexa, envolvendo elaboração de Projeto Executivo pela Contratada, intervenção em edificação existente, incluindo execução de fundações, compatibilização multidisciplinar, adequações de infraestrutura e atendimento a requisitos sanitários aplicáveis a unidades de armazenamento farmacêutico. Em razão disso, o gerenciamento de riscos deverá abranger não apenas a execução física da obra, mas também os riscos associados à definição executiva das soluções técnicas, à compatibilização de disciplinas, às condições reais verificadas em campo, à logística regional e à manutenção da funcionalidade operacional da futura unidade.

2.4. A alocação e o tratamento dos riscos observam as seguintes premissas:

a) riscos decorrentes da elaboração do Projeto Executivo, incluindo dimensionamentos estruturais, fundações, compatibilização de disciplinas, definição de soluções construtivas, adequação às normas técnicas, exequibilidade das soluções propostas, compatibilidade entre sistemas e desempenho técnico da edificação permanecem sob responsabilidade integral da Contratada e de seus responsáveis técnicos, ainda que o Projeto Executivo seja submetido à análise ou validação da Contratante;

b) riscos decorrentes de falhas de execução, vícios construtivos, incompatibilidades técnicas, inadequações de materiais, falhas de estanqueidade, patologias construtivas, falhas de climatização, falhas em instalações prediais, falhas de impermeabilização, recalques, atrasos executivos, mobilização insuficiente de recursos ou descumprimento do cronograma físico-financeiro permanecem alocados à Contratada, sem prejuízo da atuação preventiva, corretiva e fiscalizatória da Contratante;

c) riscos relacionados às condições reais da edificação existente, às interferências não integralmente identificáveis na fase preliminar, às necessidades de adequações executivas decorrentes de levantamentos complementares, investigações técnicas adicionais ou incompatibilidades verificadas em campo deverão ser tratados tecnicamente pela Contratada no âmbito do desenvolvimento do Projeto Executivo, observadas as diretrizes do Projeto Básico e os limites do objeto contratado;

d) riscos decorrentes da gestão de mão de obra, subcontratações autorizadas, fornecimento de materiais, logística de insumos, transporte, armazenamento, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários e cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho permanecem sob responsabilidade exclusiva da Contratada, inclusive quanto às empresas eventualmente subcontratadas;

e) riscos decorrentes de falhas de fiscalização, ausência de registros técnicos, omissões no acompanhamento contratual, deficiência na formalização de ocorrências, atraso na comunicação de irregularidades, realização de "atestos" sem suporte documental suficiente ou ausência de rastreabilidade dos atos administrativos deverão ser tratados no âmbito das atividades de fiscalização e gestão contratual da Contratante, observadas as atribuições dos agentes formalmente designados;

f) riscos relacionados à análise jurídica, contábil, orçamentária, financeira, tributária, regulatória ou institucional que extrapolem as atribuições da fiscalização técnica deverão ser submetidos às unidades competentes da AgSUS, observados os fluxos internos, a segregação de funções e o modelo de linhas de defesa previsto na Política de Gestão de Riscos da Agência;

g) riscos decorrentes de alterações normativas supervenientes, exigências de órgãos de controle, exigências sanitárias posteriores, fatos imprevisíveis, condições geotécnicas extraordinárias, eventos climáticos severos, caso fortuito, força maior ou eventos externos de consequências relevantes deverão ser avaliados conforme sua natureza e impacto, podendo ensejar reprogramação executiva, revisão contratual, reequilíbrio econômico-financeiro ou adoção de medidas administrativas cabíveis, nos termos do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS;

h) riscos associados à inadequação das condições de armazenamento farmacêutico, falhas nos sistemas de climatização, comprometimento da conservação de medicamentos, descumprimento de requisitos sanitários ou comprometimento da funcionalidade operacional da Central de Abastecimento Farmacêutico deverão receber tratamento prioritário, considerando o potencial impacto à política pública de saúde indígena e à continuidade logística do abastecimento farmacêutico;

i) riscos residuais eventualmente aceitos pela Contratante deverão possuir justificativa técnica expressa, compatível com o nível de criticidade identificado, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência administrativa e proteção ao interesse público.

2.5. A presente Matriz de Riscos constitui instrumento de governança, controle interno, fiscalização e suporte à tomada de decisão, servindo como referência para identificação de eventos de risco, definição de controles preventivos e corretivos, atribuição de responsabilidades, monitoramento da execução contratual e registro formal das medidas de tratamento adotadas ao longo da execução do empreendimento.

3. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos riscos observa os níveis de riscos da AgSUS são determinados a partir da escala retratada no seguinte mapa:

ESCALA SIMPLES DE NÍVEL DE RISCO (CONSEQUÊNCIA X PROBABILIDADE)					
Consequência	Probabilidade				
	1 - Improvável	2 - Raro	3 - Possível	4 - Provável	5 - Quase Certo
5 - Catastrófica	Médio (5)	Alto (10)	Extremo (15)	Extremo (20)	Extremo (25)
4 - Maior	Médio (4)	Médio (8)	Alto (12)	Extremo (16)	Extremo (20)
3 - Moderada	Baixo (3)	Médio (6)	Médio (9)	Alto (12)	Extremo (15)
2 - Menor	Baixo (2)	Baixo (4)	Médio (6)	Alto (8)	Alto (10)
1 - Desprezível	Baixo (1)	Baixo (2)	Baixo (3)	Médio (4)	Alto (5)

Faixas de classificação do nível de risco de acordo com a Resolução da Diretoria Executiva nº 22, de 12 de novembro de 2024.

4. CRITÉRIO DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

Os riscos são alocados à parte que dispõe das melhores condições para preveni-los, geri-los ou suportá-los, considerando as responsabilidades próprias da Contratada na gestão da mão de obra e na execução dos serviços, bem como as competências da AgSUS no acompanhamento, registro, fiscalização e adoção das providências cabíveis no âmbito dos contratos de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra:

CONTRATANTE (AgSUS)	Riscos relacionados a fatos pré-existentes à contratação, à atuação da Fiscalização e à gestão contratual pela Contratante, especialmente: <ol style="list-style-type: none">Erros, omissões e inconsistências do Projeto Básico fornecido pela SESAI que extrapolem o nível de detalhamento exigível na fase de planejamento, resultando em imprecisões na planilha orçamentária de referência elaborada pela AgSUS que possam distorcer a competitividade ou o equilíbrio econômico-financeiro (R-f1, R-i1).Indisponibilidade da edificação ou atraso na disponibilização de informações e definições institucionais necessárias ao empreendimento, por razões atribuíveis à Contratante ou à SESAI, comprometendo o desenvolvimento do Projeto Executivo ou a execução da obra.Atos institucionais da AgSUS que impliquem suspensão ou paralisação da obra por interesse exclusivo da Administração (SESAI/Ministério da Saúde), sem justa causa contratual.Alterações relevantes nas premissas funcionais ou no programa de necessidades originalmente definido pela AgSUS após a contratação,
----------------------------	--

	<p>ensejando revisão de escopo, prazo ou custo.</p> <p>5. Ausência ou demora na emissão de manifestações, aprovações e ateste de medições quando dependerem exclusivamente da AgSUS, especialmente:</p> <ul style="list-style-type: none">o Atraso na análise e validação do Projeto Executivo (R-e1);o Atraso na comunicação de irregularidades à contratada (R-e3); eo Demora na liberação de recursos financeiros já previstos em dotação (R-f2). <p>6. Falhas na Fiscalização contratual, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none">o Ausência de registros técnicos no Diário de Obras (R-e2);o “Atesto” de medição sem suporte documental suficiente (R-e3);o Omissão na formalização de não conformidades, agravando vícios ou dificultando correções (R-e4). <p>7. Riscos residuais aceitos pela Contratante mediante justificativa técnica expressa, observados os limites de criticidade e o interesse público (R-i1, R-i2).</p>
CONTRATADA	<p>Riscos próprios da elaboração do Projeto Executivo e da execução da obra, especialmente:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Erros, omissões, inconsistências e incompatibilidades do Projeto Executivo elaborado pela Contratada e suas consequências sobre a execução, ainda que submetido à validação da AgSUS (R-a1, R-a2, R-a3, R-a4).2. Divergência de quantitativos decorrentes do detalhamento do Projeto Executivo, ressalvadas as hipóteses de modificação do Projeto Básico pela AgSUS (R-a1, R-a4).3. Subdimensionamento ou falha de sistemas críticos, especialmente:<ul style="list-style-type: none">o Fundações profundas (estaqueamento) – R-a3;o Sistema de climatização em desacordo com a Resolução específica da ANVISA – R-a4;o Estrutura de cobertura metálica – R-b3.4. Vícios construtivos, defeitos de execução e patologias previstos no art. 618 do Código Civil, incluindo:<ul style="list-style-type: none">o Piso estrutural com resistência ou espessura insuficiente (R-b1);o Inadequação de revestimentos e pisos à limpeza sanitária (R-h2);o Falhas de estanqueidade, impermeabilização e acabamentos.5. Produtividade, metodologia construtiva, dimensionamento de equipe, logística, mobilização, equipamentos e materiais – incluindo variações ordinárias de produtividade e necessidade de adequação de cronograma sem alteração de escopo.6. Atendimento a normas técnicas ABNT, NRs (especialmente NR-18 e NR-06), segurança do trabalho, ambientais, sanitárias (ANVISA) e de acessibilidade (R-b2, R-d2, R-d3, R-d4, R-h1, R-h2).7. Variação ordinária de custos de insumos dentro do interregno de reajuste contratual (12 meses), incluindo oscilações de mercado não caracterizadas como álea econômica extraordinária (R-g2).8. Obtenção de licenças, ART/RRT e documentação técnica vinculadas ao Projeto Executivo e à execução, inclusive registro no CREA/CAU local.9. Gestão de subcontratações autorizadas, permanecendo integralmente responsável pela qualidade e pelos prazos dos serviços subcontratados (R-d1).10. Obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitárias e de saúde e segurança do trabalho de seus empregados e subcontratados (R-d2, R-d5).11. Abandono da obra, interrupção injustificada dos serviços ou recusa no cumprimento das obrigações contratuais (R-d5).12. Danos ambientais e não conformidade com a LGPD, incluindo destinação inadequada de resíduos (R-d3, R-d6) e violação de dados pessoais (R-d7).
COMPARTILHADO	<p>Riscos cujo tratamento depende de atuação conjunta ou que ensejam reequilíbrio econômico-financeiro, especialmente:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária, nos termos do art. 63 do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS (Res. CDA nº 23/2025), incluindo:2. Eventos climáticos extremos que excedam a normalidade histórica da região (R-g3, R-g4);3. Paralisação por questões indígenas ou fundiárias não atribuíveis à Contratada (R-g5);4. Alteração normativa superveniente (ex.: nova RDC ANVISA) que exija adequações não previstas (R-g1);5. Alteração da legislação tributária ou previdenciária que impacte o BDI ou os encargos sociais (R-g6).6. Condições geotécnicas substancialmente divergentes das previstas no Projeto Básico, quando não detectáveis pela diligência ordinária da Contratada, desde que comprovadas por sondagem complementar.7. Condições não identificadas na edificação existente que extrapolem o razoável esperado para uma vistoria técnica prévia, exigindo soluções construtivas não contempladas no Projeto Básico (R-c1).8. Achados arqueológicos, patrimônio cultural, ambientais e socioambientais imprevisíveis no local da obra.9. Interferências de infraestrutura urbana (rede elétrica, água, esgoto, telecomunicações) não cadastradas nos órgãos competentes e não identificáveis na fase de projeto.10. Variação extraordinária de preços de insumos – caracterizada quando os aumentos superarem o índice contratual (INCC) de forma abrupta e imprevisível, demandando recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (R-g2).11. Riscos residuais aceitos formalmente por ambas as partes, com justificativa técnica e aprovação do gestor do contrato, observada a proteção ao interesse público (R-i1, R-i2).

5. MATRIZ DE RISCOS

O quadro a seguir relaciona os principais riscos previamente identificados para o objeto. A matriz não é exaustiva e deve ser complementada e ajustada conforme as particularidades do serviço.

Nº	Categoria	Evento de risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Consequência	Nível	Alocação	Medidas mitigadoras / tratamento	Responsável pelo monitoramento
R-a1	Projeto Executivo	Divergência de quantitativos após Projeto Executivo	Quantitativos reais divergem da planilha de referência	Pleitos de aditivo, desequilíbrio	5	4	20 (Extremo)	Contratada	Exigir memória de cálculo e confronto com premissas do PB; manter reserva orçamentária; provisionar etapa de validação técnica das alterações	Contratante (Fiscalização e Gestão do Contrato)
R-a2	Projeto Executivo	Projeto Executivo em desacordo com o Projeto Básico	Contratada altera layout, fluxos sanitários ou capacidade sem aprovação	Reprovação, retrabalho, risco sanitário	3	5	15 (Extremo)	Contratada	Criar check-list comparativo PB x PE; exigir declaração de aderência assinada pelo responsável técnico	Compartilhada: Contratante (Fiscalização) e Contratada (no caso de subcontratação)
R-a3	Projeto Executivo	Incompatibilidade entre disciplinas (estrutura/hidráulica/ climatização/etc)	Falta de coordenação ou software incompatível	Conflitos em obra, retrabalho, atraso na execução	4	4	16 (Extremo)	Contratada	Exigir entregas simultâneas, análise modelos BIM (ou sobreposição de pranchas em DWG caso indisponibilidade); realizar fase de validação p/ garantia de convergência e aderência ao produto esperado	Compartilhada: Contratante (Fiscalização AgSUS e DSEI-YY/SESAI) e Contratada (no caso de subcontratação)
R-a4	Projeto Executivo	Subdimensionamento de fundações (estaqueamento)	Interpretação equivocada da sondagem SPT	Recalques diferenciais, trincas, comprometimento estrutural	4	5	20 (Extremo)	Contratada	Exigir projeto de fundações assinado por engenheiro geotécnico; acompanhamento de execução; caso sejam observadas discrepâncias na execução, solicitação de ensaio de integridade (PIT) em 100% das estacas não conformes a encargo da Contratada	Compartilhada: Contratante (Fiscalização) e Contratada (no caso de subcontratação)
R-a5	Projeto Executivo	Sistema de climatização incapaz de conservar temperatura / umidade conforme RDC nº 430 de 2015	Dimensionamento insuficiente da carga térmica	Perda de medicamentos, descumprimento sanitário	3	5	15 (Extremo)	Contratada	Exigir memória de cálculo e comissionamento com medição de temperatura/umidade por 48h antes do	Compartilhada: Contratante (Fiscalização) e Contratada (no caso de subcontratação)

		ANVISA e NBR 15575							recebimento	
R-b1	Execução	Piso estrutural com resistência ou espessura insuficiente	Concreto com traço inadequado, falta de controle, falta de armadura, pontes de aderência insuficientes	Trincas, recalques, impossibilidade de uso logístico, deterioração prematura	5	5	25 (Extremo)	Contratada	Exigir projeto estrutural assinado por engenheiro calculista; acompanhamento de execução; controle tecnológico do concreto fresco e endurecido; caso sejam constatadas discrepâncias, solicitação de extração e ensaio de testemunhos a encargo da Contratada; rejeitar betonadas fora da especificação do abatimento	Compartilhada: Contratante (Fiscalização) e Contratada (no caso da subcontratação do Projeto, e da contratação do concreto usinado)
R-b2	Execução	Atraso acumulado superior a 20% do cronograma	Falhas múltiplas (projeto, fundações, subcontratados, insumos)	Multa, suspensão, atraso na entrega ao DSEI-YY/SESAI	4	4	16 (Extremo)	Contratada	Glosa na medição se marco não concluído; exigir plano de recuperação; acionar garantia <i>step-in</i> se atraso >30 dias	Contratante (Fiscalização e Gestão do Contrato)
R-b3	Execução	Falhas na fixação da cobertura metálica e/ou impermeabilização da calha central de concreto armado	Subdimensionamento dos esforços atuantes, problemas executivos	Colapso local, colapso global, perda de estanqueidade, inutilização da edificação por insalubridade, desgaste prematuro da edificação	2	5	10 (Alto)	Contratada	Exigir memorial de cálculo; prova de carga estática em amostra; ensaio de arrancamento de chumbadores	Contratada
R-b4	Execução	Incompatibilidade de marcas com qualidade exigida	Marcas propostas não atendem NBR 15.575 ou requisitos sanitários	Rejeição na entrega	3	4	12 (Alto)	Contratada	Exigir laudos de desempenho; fiscalização deve rejeitar substituições não aprovadas previamente	Contratada
R-c1	Edificação existente	Condições não identificadas na edificação existente	Patologias ocultas, interferências não mapeadas	Necessidade de adequações não previstas no PB, pleitos de aditivo, desequilíbrio	4	3	12 (Alto)	Contratada	Contratada deve incorporar soluções no Projeto Executivo sem alterar o objeto; registrar integralmente desvios justificados	Contratada (com verificação da Fiscalização)
R-d1	Gestão da obra	Subcontratação não autorizada ou fora dos percentuais	Contratada terceirizada, serviços críticos sem controle	Perda de qualidade, risco de rescisão, desguardo jurídico	3	4	12 (Alto)	Contratada	Exigir aprovação prévia de cada subcontratado e equipe técnica Contratada, com ART/RTT e CAT; monitorar equipe técnica residente	Contratante (Fiscalização)
R-d2	Gestão da obra	Subcontratada com desempenho insatisfatório	Empresa subcontratada não entrega no prazo ou com qualidade	Atraso no cronograma, paralisação da obra	4	4	16 (Extremo)	Contratada	Exigir habilitação técnica das subcontratadas e aprovação prévia da AgSUS; vedar vínculo societário inadequado	Contratada (com monitoramento da Fiscalização)
R-d3	Gestão da obra	Acidente grave no canteiro (NR-18)	Falta de EPI/EPC, treinamento inadequado	Paralisação, indenizações, dano à imagem	2	5	12 (Alto)	Contratada	Exigir Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR); realizar vistorias semanais (apoio DSEI-YY); paralisar serviço se irregularidade grave for identificada	Contratante (Fiscalização AgSUS e DSEI-YY/SESAI)
R-d4	Gestão da obra	Destinação inadequada de resíduos em desacordo com Lei nº 12.305/2010 e/ou Resolução CONAMA nº 307/2002 (sustentabilidade)	Entulho enviado a local não licenciado	Multa ambiental, infração grave	3	3	16 (Extremo)	Contratada	Exigir Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC); exigir comprovante de recebimento por destinador licenciado (MTR) antes de cada medição	Contratante (Fiscalização)
R-d5	Gestão da obra	Abandono da obra pela Contratada	Dificuldades financeiras, subestimação de custos	Paralisação unilateral, rescisão	2	5	10 (Alto)	Contratada	Multa de até 20% sobre o valor global; suspensão de contratar por 2 anos; execução da garantia <i>step-in</i>	Contratante (Gestão)
R-d6	Gestão da obra	Contaminação do solo durante a obra	Vazamento de óleos, combustíveis ou concreto fresco	Passivo ambiental, custos de remediação	2	5	9 (Médio)	Contratada	Proibir manutenção de máquinas no local; incluir no PGR responsabilidade por remediação imediata	Contratante (Gestão)
R-d7	Gestão da obra	Não conformidade com a LGPD	Dados pessoais de empregados ou imagens da obra tratados indevidamente	Sanções, dano à imagem, risco jurídico	2	4	10 (Alto)	Contratada	Incluir cláusula contratual de adesão à LGPD; solicitar à Contratada a anonimização de imagens	Contratante (Gestão)
R-e1	Fiscalização	Atraso na análise e validação do Projeto Executivo	Prazo de 30 dias (15+15) pode ser insuficiente	Atraso no início da obra, sem penalização da contratada	3	3	9 (Médio)	Fiscalização	Designar equipe de análise dedicada	Contratante (Gestão e Fiscalização)
R-e2	Fiscalização	Ausência de registros técnicos no Diário de Fiscalização	Fiscal não exige ou não verifica o preenchimento diário	Perda de rastreabilidade, dificuldade em glosas	3	4	12 (Alto)	Fiscalização	Exigir Diário de Obras preenchido e assinado pelo(a) engenheiro(a) residente; alimentar processo de monitoramento no SEI	Contratante (Fiscalização)
R-e3	Fiscalização	“Atesto” de medição sem suporte documental	Fiscal aprova medição sem relatório fotográfico	Risco de pagamento indevido, TCU	2	5	10 (Alto)	Fiscalização	Não atestar medição sem RDO, relatório fotográfico, ensaios,	Fiscalização

		suficiente	ensaios ou GFIP						GFIP, GRF e notas fiscais	
R-e4	Fiscalização	Atraso na comunicação de irregularidades à Contratada	Fiscal omite ou demora a formalizar não conformidades	Agravamento do vício, dificuldade de correção	3	3	9 (Médio)	Fiscalização	Notificar por escrito (e-mail com aviso de recebimento) em até 24h da constatação; arquivar no processo	Fiscalização
R-f1	Jurídico, Contábil, etc	Imprecisão na planilha orçamentária de referência	Erros de cotação ou omissão de serviços	Distorção da competitividade, desequilíbrio pós-contratação	3	3	9 (Médio)	Contratante (setores jurídico, financeiro, etc)	Revisar criticamente a planilha antes da publicação; realizar consulta pública para validar custos regionais	Contratante (Gestor do Contrato)
R-f2	Jurídico, Contábil, etc	Atraso na liberação de recursos financeiros	Atraso nos pagamentos	Paralização da obra, passivo trabalhista e penalidades à contratada	2	5	10 (Alto)	Contratante (setores jurídico, financeiro, etc)	Assegurar dotação orçamentária com margem; cronograma de desembolso compatível; comunicar restrições com transparência	Contratante (setor financeiro)
R-f3	Jurídico, Contábil, etc	Erro na dotação orçamentária ou insuficiência de recursos	Planejamento orçamentário inadequado	Atraso nos pagamentos, paralisação da obra	2	4	8 (Médio)	Contratante (setores jurídico, financeiro, etc)	Submeter à área financeira com antecedência mínima de 15 dias da medição	Contratante (Gestor do Contrato)
R-f4	Jurídico, Contábil, etc	Exigência de TCU/CGU por falhas na prestação de contas	Falta de comprovação de regularidade fiscal ou trabalhista nas medições	Apuração de responsabilidade	2	4	8 (Médio)	Contratante (setores jurídico, financeiro, etc)	Submeter à Coordenação de Auditoria Interna (3ª linha) para prévia validação dos documentos	Contratante (Gestor do Contrato / Auditoria)
R-g1	Eventos supervenientes	Alteração normativa sanitária (ANVISA) após a emissão do Projeto Executivo	Novo regulamento exige requisitos técnicos não provisionados	necessidade de adequação imprevista no orçamento	2	4	8 (Médio)	Fato superveniente e/ou força maior	Submeter à área técnica e jurídica para avaliação de reequilíbrio econômico-financeiro	Contratante (Gestor do Contrato)
R-g2	Eventos supervenientes	Variação extraordinária de preços de insumos	Aumentos acima do INCC durante os 240 dias	Pressão sobre o equilíbrio do contrato	3	4	12 (Alto)	Fato superveniente e/ou força maior	Assegurar revisão por fato imprevisível (álea extraordinária); avaliar cláusula para itens voláteis	Contratante (Fiscalização com autorização do Gestor do Contrato)
R-g3	Eventos supervenientes	Evento climático severo (enchente, ventania) em Boa Vista/RR	Chuvas intensas ou ventos acima do projeto	Danos à obra em andamento, paralisação	2	3	6 (Médio)	Fato superveniente e/ou força maior	Acionar seguro e comunicar a seguradora; registrar boletim de ocorrência climática	Contratante (Fiscalização com autorização do Gestor do Contrato)
R-g4	Eventos supervenientes	Atraso por chuvas intensas	Coincidência do período de maior atividade pluviométrica (abril-setembro) com a execução de fundações, estrutura metálica e cobertura	Atraso no cronograma	3	3	9 (Médio)	Fato superveniente e/ou força maior	Incluir no cronograma físico margem de segurança (10% nas etapas externas); aceitar suspensão contratual por condições climáticas extremas, com registro em diário de obra	Contratante (Fiscalização)
R-g5	Eventos supervenientes	Paralisação por questões indígenas ou fundiárias	Sensibilidade local, manifestações ou restrições de acesso	paralisação da obra	2	4	8 (Médio)	Fato superveniente e/ou força maior	Articular previamente com lideranças indígenas e SESAI; manter canal de comunicação com o DSEI durante a execução	Contratante / SESAI
R-g6	Eventos supervenientes	Alteração da legislação tributária ou previdenciária	Mudanças na CPRB ou ISS	Impacto no BDI e valor contratual	2	3	6 (Médio)	Fato superveniente e/ou força maior	Prever cláusula de reequilíbrio por alteração legal superveniente (fato do princípio)	Contratante (UAC / Gestor do Contrato)
R-h1	Riscos prioritários	Falha no sistema de climatização que compromete medicamentos	Equipamento subdimensionado ou falha na instalação	Perda de eficácia de insumos, dano à saúde indígena	3	5	15 (Extremo)	Contratada	Realizar teste de desempenho por 48h com medição contínua antes do recebimento definitivo	Contratada (com verificação da Fiscalização)
R-h2	Riscos prioritários	Descumprimento de normas sanitárias (ANVISA) na entrega	Acabamentos inadequados, falta de revestimentos epóxi ou ventilação insuficiente	Impossibilidade de operação da CAF	2	5	10 (Alto)	Contratada	Incluir check-list de conformidade ANVISA como requisito para recebimento provisório; exigir declaração do engenheiro responsável	Contratada (com verificação da Fiscalização)
R-i1	Riscos residuais	Projeto Básico insuficiente	Definições do PB podem não cobrir todas as interferências da edificação existente	Indefinições no Projeto Executivo	4	4	16 (Extremo)	Contratante	Documentar limitações no Termo de Referência e demais artefatos digitais conforme princípio da transparência. Criação de etapa de elaboração do Projeto Executivo pela Contratada, incluindo etapa de validação e revisão, com possibilidade de ajuste monitorado e tecnicamente subsidiado dos quantitativos, se necessário	Fiscal (com anuência do gestor)
R-i2	Riscos residuais	Risco de pequenas variações de temperatura em áreas de transição	Dimensionamento sem folga do sistema de climatização	Pico eventual de temperatura em zona de recebimento e/ou expedição, desde que não afete área de armazenamento crítico	3	2	6 (Médio)	Contratada	Documentar no Relatório de Análise de Riscos da fiscalização que o aceite é limitado e monitorado	Fiscal (com anuência do gestor)

6. MONITORAMENTO E REVISÃO

- 6.1. A presente Matriz será objeto de monitoramento contínuo pela equipe de fiscalização do contrato e revisão formal sempre que ocorrer:
- a) materialização de risco previsto, com necessidade de revisão do tratamento adotado;
 - b) identificação de risco novo, não previsto originalmente;
 - c) celebração de termo aditivo que altere prazo, valor ou escopo;
 - d) determinação de instância de controle interno ou externo;
 - e) ao final de cada etapa relevante do empreendimento, mediante registro nos autos do processo SEI.
- 6.2. As ocorrências de risco e as ações de tratamento serão registradas no SEI, em Relatórios de Fiscalização e, quando pertinente, em Nota Técnica específica, garantida a rastreabilidade documental e a transparência do processo.

7. RESUMO QUANTITATIVO

Nível do Risco (valor P x C)	Quantidade	Percentual	ID dos Riscos (valor P x C)
EXTREMO (15 a 25)	11	31,43%	R-a1 (20), R-a2 (15), R-a3 (16), R-a4 (20), R-a5 (15), R-b1 (25), R-b2 (16), R-d2 (16), R-d4 (16), R-h1 (15), R-i1 (16)
ALTO (10 a 14)	12	34,29%	R-b3 (10), R-b4 (12), R-c1 (12), R-d1 (12), R-d3 (12), R-d5 (10), R-d7 (10), R-e2 (12), R-e3 (10), R-f2 (10), R-g2 (12), R-h2 (10)
MÉDIO (6 a 9)	12	34,29%	R-d6 (9), R-e1 (9), R-e4 (9), R-f1 (9), R-f3 (8), R-f4 (8), R-g1 (8), R-g3 (6), R-g4 (9), R-g5 (8), R-g6 (6), R-i2 (6)
BAIXO (1 a 5)	0	0%	-
TOTAL	35	100%	N/A

Documento elaborado por:

TATHIANA CARAM SOUZA DE PAULA FIGUEIREDO
Analista de Gestão - Engenharia Civil
CSIAMI/NEIS/DIOP
[assinado eletronicamente]

Revisado por:

TAÍSSA RAFAELA GUINANCIO DE SOUZA
Coordenadora da Coordenação de Infraestrutura e Ambiência Institucional
CSIAMI/NEIS/DIOP
[assinado eletronicamente]

Revisado e aprovado por:

SARAH CHRISS JOSINO MENDES
Gestora do Núcleo Especial de Infraestrutura e Serviços
NEIS/DIOP
[assinado eletronicamente]



Documento assinado eletronicamente por **Tathiana Caram Souza De Paula Figueiredo, Analista de Gestão**, em 01/06/2026, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Taíssa Rafaela Guinancio de Souza, Coordenador(a) de Serviços de Infraestrutura e Ambiência Institucional**, em 10/06/2026, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sarah Chriss Josino Mendes, Gestor(a) de Serviços do Núcleo Especializado de Infraestrutura e Serviços**, em 10/06/2026, às 19:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.agenciasus.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0481890** e o código CRC **1678A2CD**.